



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRALVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 030, DE 2023.

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, sobre o Projeto de Lei nº 030/2023 "Autoriza o Poder Executivo a efetuar a contagem de tempo relativa ao período da pandemia Covid-19, para fins de concessão e pagamento de quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes, e dá outras providências".

RELATÓRIO

Vem à Comissão de Serviços Públicos, Obras e Administração Municipal para análise e parecer, o projeto de lei em epígrafe, apresentado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal, que dispõe sobre o restabelecimento da contagem de tempo de serviço transcorrido durante o período da pandemia de Covid-19, nos anos de 2020 e 2021 para fins de concessão de benefícios baseados nesse parâmetro de referência.

Designado relator desta Comissão, recebi a matéria e, após analisá-la, passo a emitir parecer.

Ao projeto, até essa fase da tramitação, não foi apresentada emenda ou substitutivo.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise foi analisado pela Consultoria Jurídica da Câmara, pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação e pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, tendo sido verificado que o projeto mostra-se regular tanto no aspecto da legalidade e da redação quanto no aspecto financeiro.

Trata-se de uma autorização ao Poder Executivo Municipal para restabelecer a contagem integral do tempo de serviço dos servidores públicos para fins de concessão dos benefícios previstos no Estatuto do Funcionalismo Público Municipal, tais como anuênios, triênios, quinquênios, licenças prêmio e outros benefícios adquiridos em decorrência da aquisição de tempo determinado de efetivo exercício no serviço público, que foi paralisada em cumprimento ao inciso IX do art. 8º Lei complementar federal no 173, de 27 de maio de 2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, o qual proibiu, para todos os servidores públicos, a contagem do tempo de pandemia como período aquisitivo para fins de obtenção de adicionais baseados exclusivamente no tempo de serviço.

Após posicionamento do TCEMG sobre o assunto, favorável ao restabelecimento da contagem integral do tempo de serviço dos servidores, vê-se que a proposta em análise visa dar concretude a essa manifestação do TCE/MG, autorizando a sua aplicação aos servidores municipais de Pedralva.

O assunto em questão é muito importante aos servidores, que mesmo em meio a pandemia estiveram trabalhando e amparando a população.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta relatoria conclui que o projeto de lei em análise preenche os requisitos necessários para sua aprovação na Comissão de Serviços Públicos, Obras e



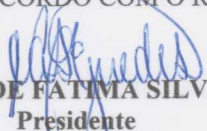
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRALVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

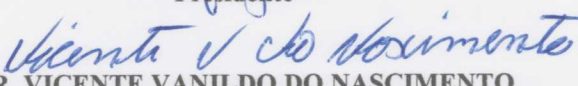
Administração Municipal. No mérito opina por sua aprovação, por estar em conformidade com a legislação vigente.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2023.


VER. JOÃO BATISTA MACHADO FILHO
Secretário/Relator

VOTOU DE ACORDO COM O RELATOR


VERA. ALINE DE FÁTIMA SILVA GUEDES
Presidente


VER. VICENTE VANILDO DO NASCIMENTO
Vice-Presidente